

# Ineficiência trava o crescimento

Governo brasileiro arrecada tributos como os países desenvolvidos, mas não produz os resultados que a sociedade espera

» BÁRBARA NASCIMENTO

O primeiro passo para o desenvolvimento sustentável de uma economia é ter um governo eficiente. Isso permite o aumento dos investimentos públicos e melhora o ambiente de negócios para as empresas privadas. Sem eficiência, grande parte do dinheiro e das iniciativas se perde pelo caminho e bilhões de reais escoam pelo ralo por má gestão ou corrupção. Desde 2007, o governo despendeu, por exemplo, quase R\$ 2 trilhões em obras de infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mesmo assim, sete anos depois, as deficiências do setor continuam sendo um dos principais gargalos que sufocam o crescimento do país.

Mais do que falta de recursos, o problema do setor público brasileiro é a incapacidade de gerir com competência e de forma transparente o dinheiro arrecadado de toda a sociedade, que não é pouco. A carga tributária é comparável à dos países mais ricos do mundo, mas os indicadores sociais estão muito distantes daqueles ostentados pelas nações desenvolvidas. Aqui, em 2013, os governos federal, estaduais e municipais recolheram, na forma de impostos, 35,9% do Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, mais de um terço de todas as riquezas produzidas por empresas e trabalhadores foram para os cofres oficiais. No entanto, ainda ocupamos o 79º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Na Alemanha, os tributos representam 37,6% do PIB, mas o país está em 6º lugar no IDH.

A ineficiência nas esferas federal e, sobretudo, estadual e municipal, e a falta de uma gestão integrada empacam o desenvolvimento do Brasil. “Temos cestas básicas enviadas pelo governo federal estragando nas prefeituras por falta de gestão. Vivemos uma crise de governabilidade pelos efeitos da corrupção e da deficiência na provisão de serviços públicos”, analisa o professor Cristiano Trindade de Angelis, autor do livro *Gestão por inteligência para a reforma do Brasil*. Mais do que investimento, o que falta, diz a professora Virene Matesco, especialista em macroeconomia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é o retorno adequado da aplicação dos recursos públicos. “A participação dos investimentos e das compras do governo na economia é alta, comparável ao Reino Unido e à Alemanha, o retorno é que é muito diferente”, analisa.

As mais recentes discussões sobre o papel do Estado convergem para a conclusão de que uma das tarefas mais importantes dos governos é prover educação de qualidade para todos, de forma a garantir igualdade de oportunidades. Quando se olham os recursos mobilizados para essa finalidade, o país até que não faz feio. O Brasil destina para todos os níveis de ensino o equivalente a 6,1% do PIB, mais do que a média de 5,6% observada entre os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 34 nações democráticas e de alto desenvolvimento econômico. A qualidade do ensino, no entanto, deixa muito a desejar: ocupamos a 59ª posição num programa que avalia alunos de 66 países.

## Intervencionismo

Além de gastar mal o que arrecada, o governo interfere demasiadamente na vida das pessoas e das empresas. Nos últimos anos, sobretudo no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o Executivo federal atuou pesadamente para tentar estimular a economia e reduzir a desigualdade. Até novembro passado, quase R\$ 93 bilhões em desonerações fiscais foram concedidos para estimular a indústria a voltar a investir. Os indicadores do setor, contudo, são os piores desde 2009

## Descaso

O dinheiro sai dos cofres públicos, mas os resultados não chegam à sociedade

### DESCONTROLE

O governo não consegue manter equilibrados os cofres públicos e os gastos crescem mais do que o faturamento do Tesouro Nacional

6,3%

Evolução das receitas em 2014

12,6%

Avanço das despesas em 2014

R\$ 175,3 bilhões

Desembolso do governo federal só para manter o funcionalismo público e encargos sociais entre janeiro e outubro de 2014

● **Buracos nas rodovias:** recursos desembolsados pelo governo não impede que viajantes sejam engolidos por buracos. De 1,7 milhão de quilômetros de estradas pavimentadas, pouco mais de 11% são pavimentados. Desse total, cerca de 60% apresentam algum tipo de problema.

● **Portos:** o Planalto prometeu, em 2012, aplicar R\$ 60,6 bilhões nos portos brasileiros por meio do Programa de Investimentos e Logística (PIL). A meta era ampliar e modernizar os terminais, de forma a dar maior competitividade às exportações. Até agora, nada foi aplicado.

● **Mobilidade urbana:** desde o lançamento da primeira etapa do PAC, em 2007, foram anunciados investimentos de R\$ 143 bilhões para trens, ônibus e metrô para melhorar a qualidade de vida nas cidades. Nem um terço disso foi liberado pelo governo.

### DESONERAÇÕES E SUBSÍDIOS

Na tentativa de incentivar a indústria, o governo abriu mão de bilhões em impostos, mas economia não reagiu

R\$ 93 bilhões

Renúncia total das desonerações nos 11 primeiros meses de 2014

### SEM RETORNO

Governo gasta demais, mas os investimentos públicos continuam escassos

R\$ 1,06 trilhão

Dinheiro aplicado por meio do Programa de Aceleração de Crescimento em infraestrutura de 2011 e 2014

### EDUCAÇÃO

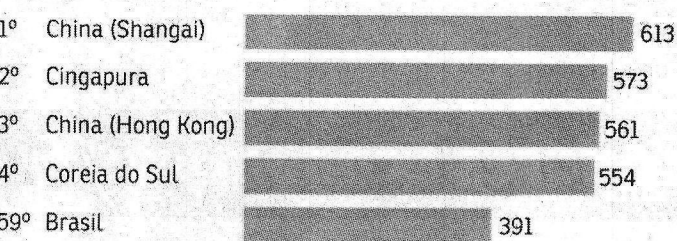
O Brasil destina um percentual do PIB para educação maior do que a média dos países da OCDE. Contudo, a qualidade do ensino continua ruim



- Somente 15,2% das pessoas entre 25 e 34 anos têm ensino superior no Brasil
- Apenas 7,2% das pessoas com menores rendimentos da sociedade estão na universidade
- O quadro é tão dramático que 54% dos alunos pobres entre 13 e 16 anos estão com atraso escolar

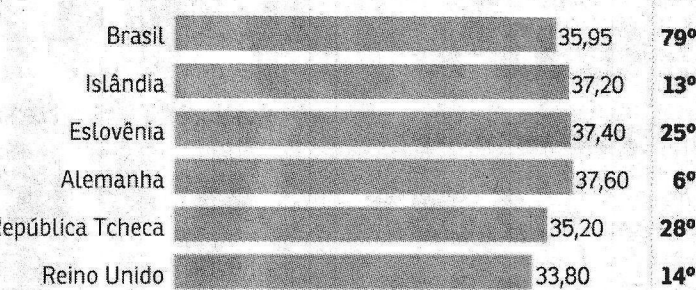
### NA RABEIRA

Desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos. De 66 regiões avaliadas pela OCDE, o Brasil ocupa a 59ª posição



### DINHEIRO NÃO É PROBLEMA

A carga tributária brasileira é comparável a países desenvolvidos, mas os serviços públicos são precários



Julio Lapageesse e Anderson Araújo/CB/D.A. Press

Fonte: PNAD, Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Fiesp, Receita Federal, CNI, CNT e OCDE

### Terceira via

Para o professor Newton Marques, da UnB, o dilema de todo governo está no equilíbrio entre eficiência e equidade. “Quanto mais eficiente é a economia, mais desigual ela tende a ser.” A terceira via, um equilíbrio já encontrado por países como a Suécia, de dimensões e história bem diferentes da tupiniquim, nunca foi efetivamente aplicada no país. “A sociedade demanda um

governo liberal com preocupação social. E os políticos já perceberam”, pontua.

e muitas fábricas já começaram a demitir ou suspenderam temporariamente os contratos dos funcionários. O Brasil vive hoje um momento de crise. A evolução do PIB deve ser praticamente zero em 2014. A inflação está à beira de ultrapassar o limite de tolerância, e os ganhos sociais obtidos em anos anteriores estagnaram.

“O Estado tem que corrigir **desequilíbrios** e distribuir renda. Do ponto de vista econômico, contudo, o que se espera é que o governo interfira o mínimo possível”, explica professor Newton Marques, da Universidade de Brasília (UnB). Ele explica que a possibilidade de o Estado provocar ineficiência é muito grande. “Quando o preço artificial de um produto começa a afetar o desenvolvimento da economia ou

o excesso de impostos torna uma mercadoria menos competitiva, a intervenção se torna um problema. E a falta de competitividade é um grande gargalo brasileiro”, completa. É o que ocorreu na Petrobras, por exemplo. Na tentativa de segurar a inflação, o Planalto colocou uma trava no aumento do preço dos combustíveis e criou um rombo no caixa da estatal, que sofre hoje de problemas financeiros graves, afetando toda a cadeia de fornecedores da empresa.

Inchado e ineficiente, o Estado brasileiro mostra ainda uma face mais sombria, a da corrupção, numa profusão cada vez maior de denúncias, como as que se abatem sobre a própria Petrobras. A maior empresa do país foi vítima de um aparelhamento

político que franqueou seus cofres a interesses pessoais e partidários. “Observamos o lado perverso de uma administração econômica que prioriza a ideologia acima da eficiência. Existe um conceito de se usufruir do poder público dando muito pouco em troca. O país não cresce e a economia fica asfixiada”, completa a professora Virene, da FGV.

A corrupção foi a responsável pelas duas principais crises do Partido dos Trabalhadores na última década, aponta o professor Cristiano Trindade. “Nosso modelo gerencial gerou corrupção e conhecimento retido apenas nos altos comandos do governo. Estamos começando a perceber que precisamos colaborar em vez de trapacear para enfrentar os problemas que geramos”, diz ele.

## Avaliação precária

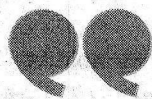
O baixo retorno da aplicação de recursos públicos no Brasil decorre, em boa parte, da ausência de instrumentos eficientes de fiscalização. Alentados pelo governo com subsídios, muitos setores se acostumaram a depender do dinheiro público e, na falta de um acompanhamento efetivo, não aumentam a produtividade e pouco ou nada retornam para o país. Sem um sistema de avaliação, o dinheiro sai dos cofres públicos, mas não produz os efeitos esperados sobre a atividade econômica. No ano em que mais houve desonerações tributárias — foram R\$ 93 bilhões somente até novembro de 2014 —, por exemplo, a economia vai mal e enfrenta um sério problema de confiança dos empresários, que não querem investir.

“O Brasil é excepcional para desenhar políticas industriais, o problema é a implementação. O efeito dos programas não é permanentemente avaliado. O Estado deve intervir de forma moderada quando se trata de política industrial, com subsídios, crédito, mas deve cobrar performance das empresas, como fazem os governos asiáticos”, comenta o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) André Nassif, especialista em economia internacional.

Preocupado em subsidiar a indústria e atrair investimento estrangeiro direto, diz Nassif, o Brasil injeta muito dinheiro e se esquece de cobrar resultados. “A China, por exemplo, soube abrir o país e atrair investimentos do exterior com inteligência, tirando proveito deles”, completa. “O Estado ideal é executante na economia: legisla, fiscaliza e normatiza. O que temos hoje é um Estado grande e ineficiente”, emenda a professora Virene Matesco, especialista em macroeconomia da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

## Cabides de emprego

Responsáveis pela fiscalização e avaliação de diversos setores, as agências reguladoras pouco cumprem seu papel. Muitas delas funcionam como cabides de emprego e escondem sérios problemas de corrupção. Os cargos de liderança, na maioria das vezes, são ocupados de forma política — moeda de negociação para alianças partidárias — e não técnica, como deveria acontecer. “A presidente Dilma mexeu em muita coisa, fez algumas reformas, mas deixou dois aspectos intocados: o sistema político e o serviço público”, aponta o professor Trindade, autor do livro *Gestão por inteligência para a reforma do Brasil*. (BN)



Vivemos uma crise de governabilidade pelos efeitos da corrupção e da deficiência na provisão de serviços públicos”

Cristiano Trindade de Angelis, autor do livro *Gestão por inteligência para a reforma do Brasil*.